AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESCUTA SENSÍVEL, NECESSIDADES DAS CRIANÇAS E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO.

Francisca Araújo da Silva
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Hevelin Katana Farias Ribeiro
Silvana Nascimento de Carvalho

A avaliação na Educação Infantil é compreendida como um processo contínuo, qualitativo e formativo, que visa acompanhar o desenvolvimento integral da criança, respeitando suas singularidades, tempos e formas de expressão. Este estudo tem como objetivo discutir a avaliação na Educação Infantil a partir de três eixos fundamentais: a escuta sensível, a consideração das necessidades das crianças e o acompanhamento do desenvolvimento. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica de estudos que abordam práticas avaliativas, observação, documentação pedagógica e avaliação inclusiva. Os resultados apontam que a escuta sensível é essencial para compreender as manifestações infantis, permitindo ao professor interpretar gestos, falas, brincadeiras e interações como indicadores do processo de aprendizagem e desenvolvimento (Gonçalves, 2022; Ischkanian, 2018). A avaliação deve considerar as necessidades individuais e coletivas das crianças, evitando práticas padronizadas e comparativas, conforme defendem Almeida e Costa (2020) e Oliveira e Santos (2021). O acompanhamento do desenvolvimento ocorre por meio de registros pedagógicos, como relatórios, portfólios e observações sistemáticas, que possibilitam refletir sobre a prática docente e planejar intervenções pedagógicas mais significativas (Nascimento; Lima, 2022; Pereira, 2022). Destaca-se ainda a importância do envolvimento das famílias no processo avaliativo, fortalecendo a corresponsabilidade entre escola e família (Mendes; Araújo, 2022; Souza; Ferreira, 2021). Conclui-se que a avaliação na Educação Infantil deve ser orientadora da prática pedagógica, promovendo uma educação inclusiva, democrática e comprometida com o desenvolvimento integral das crianças.

Palavras-chave: Avaliação na Educação Infantil; escuta sensível; desenvolvimento infantil; práticas avaliativas; educação inclusiva.

ASSESSMENT IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: SENSITIVE LISTENING, CHILDREN'S NEEDS, AND DEVELOPMENTAL MONITORING.

Francisca Araújo da Silva
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Hevelin Katana Farias Ribeiro
Silvana Nascimento de Carvalho

Assessment in Early Childhood Education is understood as a continuous, qualitative, and formative process aimed at monitoring children's holistic development while respecting their individuality, learning pace, and modes of expression. This study seeks to discuss assessment in Early Childhood Education based on three fundamental axes: sensitive listening, consideration of children's needs, and developmental monitoring. The research adopts a qualitative approach grounded in a literature review of studies addressing assessment practices, observation, pedagogical documentation, and inclusive assessment. The findings indicate that sensitive listening is essential for understanding children's expressions, enabling teachers to interpret gestures, speech, play, and interactions as indicators of learning and development processes (Gonçalves, 2022; Ischkanian, 2018). Assessment practices should consider both individual and collective needs of children, avoiding standardized and comparative approaches, as argued by Almeida and Costa (2020) and Oliveira and Santos (2021). Developmental monitoring is carried out through pedagogical records such as reports, portfolios, and systematic observations, which support reflective teaching practices and the planning of meaningful pedagogical interventions (Nascimento & Lima, 2022; Pereira, 2022). Furthermore, the involvement of families in the assessment process is highlighted as a key element in strengthening shared responsibility between school and family (Mendes & Araújo, 2022; Souza & Ferreira, 2021). It is concluded that assessment in Early Childhood Education should guide pedagogical practice, fostering inclusive, democratic education committed to children's integral development.

Keywords: Assessment in Early Childhood Education; sensitive listening; child development; assessment practices; inclusive education.

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESCUTA SENSÍVEL, NECESSIDADES DAS CRIANÇAS E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO.

Francisca Araújo da Silva
Simone Helen Drumond Ischkanian
Gladys Nogueira Cabral
Hevelin Katana Farias Ribeiro
Silvana Nascimento de Carvalho

1. INTRODUÇÃO

A avaliação na Educação Infantil compreende um campo pedagógico marcado pela intencionalidade educativa e pela compreensão do desenvolvimento infantil como processo contínuo e singular. Gonçalves (2022) sustenta que a avaliação formativa nessa etapa deve estar ancorada em práticas sensíveis, inclusivas e comprometidas com a leitura dos processos vivenciados pelas crianças, afastando-se de perspectivas classificatórias. Tal concepção exige que o educador observe atentamente as experiências cotidianas, interpretando interações, brincadeiras e produções infantis como indicadores do desenvolvimento integral (Vieira et al., 2025). Avaliar, nesse contexto, significa compreender percursos de aprendizagem e construir sentidos pedagógicos que orientem decisões coerentes com as necessidades reais das crianças.

> A avaliação na Educação Infantil, fundamentada na escuta sensível, na atenção às necessidades das crianças e no acompanhamento cuidadoso do desenvolvimento, constitui-se como um processo pedagógico comprometido com a compreensão dos percursos individuais e coletivos de aprendizagem, ao valorizar as experiências vividas, as múltiplas formas de expressão e os ritmos próprios da infância, orientando práticas educativas reflexivas, inclusivas e coerentes com a promoção do desenvolvimento integral (Cabral, 2026, p. 2, grifos para este artigo).

A escuta sensível constitui um dos eixos estruturantes da avaliação na Educação Infantil, pois amplia a compreensão das múltiplas linguagens que compõem a expressão infantil. Ischkanian (2018) enfatiza que o brincar, o jogo e o brinquedo revelam aspectos fundamentais do desenvolvimento cognitivo, emocional e social, tornando-se fontes privilegiadas para a interpretação pedagógica. A observação das falas, dos gestos, dos silêncios e das ações permite ao professor acessar dimensões subjetivas da infância, reconhecendo a criança como sujeito ativo e produtor de cultura (Vieira et al., 2025). Essa postura avaliativa valoriza a autonomia, o protagonismo e a potência criativa infantil, fortalecendo vínculos e promovendo experiências educativas significativas.

O reconhecimento das necessidades das crianças no processo avaliativo implica considerar o desenvolvimento integral como referência para a organização das práticas pedagógicas. Almeida e Costa (2020) destacam que a formação continuada dos professores é essencial para o uso qualificado dos instrumentos de avaliação, possibilitando intervenções mais ajustadas aos contextos e ritmos individuais. Oliveira e Santos (2021) reforçam que os desafios

enfrentados na avaliação decorrem, muitas vezes, da dificuldade em romper com modelos padronizados, o que demanda práticas reflexivas e contextualizadas. A avaliação, portanto, assume o papel de identificar potencialidades e orientar propostas pedagógicas que dialoguem com os interesses e experiências das crianças.

O acompanhamento do desenvolvimento ocorre por meio da observação sistemática e da documentação pedagógica, que constituem práticas fundamentais para a reflexão docente. Nascimento e Lima (2022) evidenciam que registros pedagógicos possibilitam compreender o percurso das crianças, subsidiando o planejamento e a reorganização das ações educativas. Pereira (2022) destaca o portfólio como instrumento que reúne produções, narrativas e registros significativos, permitindo visualizar avanços e processos ao longo do tempo (Vieira et al., 2025). Esses dispositivos avaliativos favorecem uma leitura aprofundada do desenvolvimento infantil, fortalecendo a intencionalidade pedagógica e a coerência das práticas educativas.

A avaliação na Educação Infantil também se consolida como espaço de diálogo e corresponsabilidade com as famílias, ampliando a compreensão do desenvolvimento infantil. Mendes e Araújo (2022) apontam que o envolvimento familiar no processo avaliativo contribui para a construção de relações mais transparentes e colaborativas entre escola e comunidade. Souza e Ferreira (2021) ressaltam que o compartilhamento dos registros fortalece a confiança e possibilita intervenções mais alinhadas às necessidades das crianças. Estudos recentes sobre práticas construtivistas e mediações pedagógicas, inclusive em contextos mediados por tecnologias, reafirmam a avaliação como instrumento de orientação da prática educativa e de promoção da aprendizagem significativa (Vieira et al., 2025; Cabral et al., 2025). A avaliação se afirma como prática ética, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento pleno da infância.

2. DESENVOLVIMENTO

A avaliação na Educação Infantil constitui um processo pedagógico indissociável da prática docente, orientado pela compreensão do desenvolvimento infantil como percurso contínuo, complexo e singular. Gonçalves (2022) aponta que a avaliação formativa, quando ancorada em princípios inclusivos, permite interpretar as experiências das crianças sem recorrer a mecanismos de mensuração ou classificação.

> A avaliação na Educação Infantil constitui um processo pedagógico indissociável da prática docente, na medida em que orienta o olhar do professor para os percursos de aprendizagem, sustenta a tomada de decisões pedagógicas e possibilita a compreensão sensível do desenvolvimento infantil, reafirmando seu caráter formativo, reflexivo e comprometido com a integralidade da criança (Ischkanian, 2026, p. 3, grifos para este artigo).

A escuta sensível assume centralidade, pois possibilita ao educador reconhecer sentidos presentes nas falas, nos gestos, nas brincadeiras e nas expressões corporais, compreendendo tais

manifestações como indicadores legítimos de aprendizagem (Vieira et al., 2025). A avaliação passa a operar como leitura cuidadosa do cotidiano, revelando modos de pensar, sentir e agir que emergem nas interações e experiências vividas pelas crianças no contexto educativo.

A consideração das necessidades das crianças no processo avaliativo exige uma postura pedagógica atenta às dimensões físicas, emocionais, sociais e cognitivas do desenvolvimento. Almeida e Costa (2020) destacam que a formação continuada dos professores é elemento fundamental para qualificar o uso dos instrumentos avaliativos, garantindo práticas mais coerentes com as especificidades da infância. Ischkanian (2018) evidencia que o jogo, a brincadeira e o brinquedo constituem espaços privilegiados para observar a construção de conhecimentos e a expressão subjetiva infantil, oferecendo subsídios valiosos para a avaliação. Oliveira e Santos (2021) ressaltam que os desafios enfrentados pelos docentes decorrem, em grande parte, da necessidade de superar modelos padronizados, o que requer práticas avaliativas sensíveis, contextualizadas e comprometidas com a valorização das potencialidades das crianças.

O acompanhamento do desenvolvimento se concretiza por meio da observação sistemática e da documentação pedagógica, configurando-se como eixo estruturante da avaliação na Educação Infantil. Nascimento e Lima (2022) defendem que os registros pedagógicos possibilitam compreender os percursos individuais e coletivos, sustentando a reflexão docente e o planejamento de intervenções intencionais. Pereira (2022) enfatiza o portfólio como instrumento capaz de evidenciar processos, trajetórias e aprendizagens ao longo do tempo, fortalecendo a coerência entre avaliação e prática pedagógica. Mendes e Araújo (2022) destacam que o diálogo com as famílias amplia a compreensão do desenvolvimento infantil e fortalece a corresponsabilidade educativa, enquanto estudos recentes apontam que práticas construtivistas e o uso consciente de tecnologias podem potencializar processos avaliativos mais participativos e significativos (Vieira et al., 2025; Cabral et al., 2025). A avaliação, consolida-se como prática ética, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento integral da criança.

2.1. METODOLOGIA DA PESQUISA PARA DELINEAMENTO DO ARTIGO

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, centrada na análise interpretativa dos discursos científicos que tratam da avaliação na Educação Infantil, com ênfase na escuta sensível, nas necessidades das crianças e no acompanhamento do desenvolvimento. Creswell (2021) destaca que a pesquisa qualitativa se mostra adequada quando o objetivo é compreender significados, sentidos e processos sociais complexos, especialmente em contextos educacionais marcados pela subjetividade e pela diversidade de práticas pedagógicas. Nessa perspectiva, a investigação busca interpretar concepções, fundamentos teóricos e abordagens metodológicas presentes na produção acadêmica, priorizando a compreensão aprofundada dos fenômenos educacionais em detrimento

da mensuração quantitativa de dados. Tal escolha metodológica possibilita uma leitura crítica das práticas avaliativas contemporâneas, respeitando a singularidade do campo da Educação Infantil.

A pesquisa bibliográfica constitui o eixo central do delineamento metodológico, por permitir o mapeamento, a sistematização e a análise da produção científica existente sobre o tema investigado. Narciso e Santana (2025) ressaltam que esse tipo de pesquisa é fundamental para o desenvolvimento de estudos educacionais, pois possibilita ao pesquisador dialogar com diferentes perspectivas teóricas, identificar convergências e tensões e compreender o estado da arte do conhecimento produzido. A bibliografia consultada abrange artigos científicos, livros, dissertações e documentos eletrônicos, selecionados a partir de critérios de pertinência temática, atualidade e rigor acadêmico. Esse procedimento favorece a construção de um referencial teórico consistente e fundamenta as análises desenvolvidas ao longo do estudo.

A investigação também se caracteriza como documental, uma vez que inclui a análise de materiais disponíveis em bases digitais e científicas reconhecidas. Fávero e Centenaro (2019) afirmam que a pesquisa documental amplia as possibilidades analíticas ao incorporar fontes que expressam políticas, concepções e práticas educacionais em contextos diversos. Foram consultadas bases como CAPES, SciELO, Web of Science, Scopus, Google Acadêmico e Academia.edu, adotando-se critérios de seleção que privilegiam a relevância científica e a consistência teórico-metodológica das publicações. Galvão e Ricarte (2019) enfatizam que a organização criteriosa dessas fontes é condição essencial para garantir a qualidade e a confiabilidade das análises em estudos de revisão.

Após a seleção do corpus, os textos foram submetidos à leitura analítica e interpretativa, com vistas à identificação de categorias temáticas relacionadas aos objetivos da pesquisa. Page et al. (2021) e Morales (2022) ressaltam a importância da sistematização dos dados e da transparência nos processos de análise em estudos de revisão, de modo a evitar vieses e interpretações inconsistentes. O procedimento analítico envolveu o cruzamento das informações, a comparação entre abordagens e a identificação de recorrências e contrastes presentes na literatura. Conforme apontam Silva et al. (2009), a análise bibliográfica exige do pesquisador uma postura crítica e reflexiva, capaz de produzir sínteses interpretativas que superem a mera reprodução dos discursos analisados, contribuindo para a construção de novos olhares sobre o objeto de estudo.

2.2. ESCUTA SENSÍVEL E OBSERVAÇÃO INTENCIONAL

A escuta sensível e a observação intencional configuram-se como fundamentos essenciais da avaliação na Educação Infantil, uma vez que permitem compreender as experiências vividas pelas crianças em sua complexidade e diversidade de linguagens. Santos e Souza (2023) afirmam que uma avaliação inclusiva exige do educador uma postura atenta às

manifestações infantis, reconhecendo falas, gestos, brincadeiras e interações como formas legítimas de expressão e aprendizagem. Nessa perspectiva, o ato de observar ultrapassa a simples descrição de comportamentos e assume caráter interpretativo, orientado pela intencionalidade pedagógica e pelo compromisso ético com o desenvolvimento integral. A avaliação passa a ser construída no cotidiano, articulando sensibilidade, reflexão e conhecimento teórico.

A observação intencional exige planejamento e clareza de objetivos, permitindo ao professor identificar processos de aprendizagem e desenvolvimento que emergem nas interações diárias. Pereira (2022) destaca que instrumentos como o portfólio possibilitam registrar e analisar as experiências infantis de maneira sistemática, favorecendo uma leitura aprofundada dos percursos individuais e coletivos. Esses registros ampliam a compreensão do desenvolvimento ao evidenciar produções, hipóteses e avanços, fortalecendo a coerência entre observação, avaliação e planejamento pedagógico. A prática avaliativa, nesse contexto, consolida-se como um processo contínuo, fundamentado na reflexão sobre as experiências vivenciadas pelas crianças.

> A escuta sensível articulada à observação intencional configura-se como um eixo estruturante da avaliação na Educação Infantil, pois ao acompanhar atentamente as interações, brincadeiras, gestos, silêncios e expressões das crianças, o educador amplia sua capacidade de compreender os significados atribuídos às experiências vividas, reconhecendo a criança como sujeito ativo do processo educativo e orientando práticas pedagógicas mais conscientes, acolhedoras e coerentes com o desenvolvimento integral (Nascimento de Carvalho, 2026, p. 6, grifos para este artigo).

A escuta sensível também se articula à compreensão das relações estabelecidas entre crianças, professores e contextos socioculturais mais amplos. Vieira et al. (2025) ressaltam que práticas construtivistas valorizam as interações como espaços de construção de significados, inclusive em ambientes mediados por tecnologias, ampliando as possibilidades de expressão e aprendizagem. A observação atenta dessas interações permite reconhecer diferentes formas de participação, colaboração e autoria infantil, fortalecendo o protagonismo das crianças no processo educativo. Tal postura avaliativa contribui para a construção de ambientes pedagógicos mais democráticos e responsivos às necessidades da infância contemporânea.

O diálogo com as famílias constitui dimensão indissociável da escuta sensível e da observação intencional, ampliando a compreensão do desenvolvimento infantil. Souza e Ferreira (2021) defendem que o compartilhamento dos registros avaliativos fortalece a parceria entre escola e família, promovendo corresponsabilidade e confiança mútua. Ao comunicar processos e experiências, a avaliação torna-se instrumento de aproximação e de construção coletiva de sentidos sobre a infância. Essa perspectiva reafirma a avaliação na Educação Infantil como prática ética, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento pleno das crianças, orientada pela sensibilidade, pela intencionalidade pedagógica e pelo respeito às singularidades.

2.3. ACOMPANHAMENTO CONTÍNUO DO DESENVOLVIMENTO

Avaliar na Educação Infantil pressupõe acompanhar trajetórias de aprendizagem em movimento, reconhecendo que o desenvolvimento infantil se manifesta de maneira singular e não linear. Nascimento e Lima (2022) enfatizam que o acompanhamento contínuo, fundamentado na observação e na documentação pedagógica, permite compreender processos em construção, em vez de resultados fixos ou mensuráveis. Essa concepção desloca a avaliação de uma lógica de verificação para um exercício interpretativo, no qual o professor analisa indícios, contextos e relações que emergem das experiências cotidianas. O olhar avaliativo, ao respeitar os tempos próprios da infância, fortalece práticas pedagógicas mais sensíveis às necessidades e potencialidades das crianças.

O brincar ocupa lugar central nesse acompanhamento, constituindo-se como linguagem privilegiada do desenvolvimento infantil. Ischkanian (2018) destaca que o jogo, a brincadeira e o brinquedo expressam modos de pensar, sentir e agir, revelando avanços cognitivos, sociais e emocionais. Ao observar as crianças em situações lúdicas, o educador acessa dimensões do desenvolvimento que não se manifestam em propostas dirigidas ou atividades estruturadas. A avaliação contínua, nesse sentido, reconhece o brincar como espaço legítimo de aprendizagem, no qual a criança experimenta, cria hipóteses e constrói significados sobre o mundo.

O acompanhamento do desenvolvimento também se fortalece quando a avaliação se constitui como prática compartilhada entre escola e família. Mendes e Araújo (2022) ressaltam que o envolvimento das famílias amplia a compreensão dos percursos infantis, integrando informações provenientes de diferentes contextos de vida. Esse diálogo favorece uma leitura mais abrangente do desenvolvimento, evitando interpretações fragmentadas ou descontextualizadas. A participação das famílias contribui para a construção de uma avaliação ética e corresponsável, sustentada pelo respeito às histórias, culturas e experiências das crianças.

Os desafios enfrentados pelos professores no acompanhamento contínuo do desenvolvimento exigem reflexão crítica sobre concepções e práticas avaliativas. Oliveira e Santos (2021) apontam que superar modelos classificatórios demanda formação docente, tempo institucional e compromisso com práticas pedagógicas reflexivas. A avaliação, quando orientada pela continuidade e pela escuta atenta dos processos, torna-se instrumento de qualificação do trabalho pedagógico e de promoção do desenvolvimento integral. Essa perspectiva reafirma a Educação Infantil como espaço de cuidado, aprendizagem e respeito à infância, no qual avaliar significa acompanhar, compreender e favorecer percursos singulares.

2.4. RESPEITO ÀS SINGULARIDADES E AOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM

A avaliação na Educação Infantil, orientada pelo respeito às singularidades e aos direitos de aprendizagem, reconhece a criança como sujeito histórico, ativo e produtor de cultura.

Gonçalves (2022) defende que a avaliação formativa, quando sensível ao desenvolvimento infantil, valoriza percursos individuais e evita comparações padronizadas que desconsideram contextos e experiências singulares. Essa perspectiva aproxima o ato avaliativo de uma prática ética, comprometida com a escuta e com a compreensão das múltiplas infâncias presentes no espaço educativo. Ao considerar as especificidades de cada criança, a avaliação se consolida como instrumento de reconhecimento e valorização das diferenças.

Os direitos de aprendizagem previstos na BNCC orientam práticas avaliativas que asseguram experiências educativas significativas, respeitando os tempos e modos próprios de aprender. Almeida e Costa (2020) ressaltam que instrumentos de avaliação, quando utilizados de forma reflexiva, favorecem a observação qualificada e o registro dos avanços, sem reduzir o desenvolvimento infantil a indicadores quantitativos. A formação continuada dos professores torna-se elemento central nesse processo, pois amplia a capacidade de leitura pedagógica das manifestações das crianças. O respeito às singularidades exige intencionalidade, sensibilidade e domínio teórico por parte do educador.

A incorporação de tecnologias digitais no contexto da Educação Infantil amplia possibilidades de acompanhamento dos processos de aprendizagem, sem perder de vista o caráter humanizado da avaliação. Cabral et al. (2025) destacam que ferramentas digitais podem contribuir para o registro de experiências, favorecendo a documentação pedagógica de crianças típicas e atípicas. Esses recursos, quando alinhados a concepções inclusivas, potencializam a visibilidade das produções infantis e respeitam diferentes formas de expressão. A avaliação, nesse cenário, se reinventa como prática mediadora, articulando inovação tecnológica e sensibilidade pedagógica.

O respeito às singularidades implica compreender que aprender é um processo atravessado por fatores culturais, sociais e afetivos. Gonçalves (2022) enfatiza que uma avaliação inclusiva reconhece a diversidade como princípio constitutivo da prática pedagógica, promovendo equidade e justiça educacional. Ao assegurar os direitos de aprendizagem, o processo avaliativo contribui para a construção de ambientes educativos acolhedores e democráticos. Essa concepção fortalece a Educação Infantil como espaço de garantia de direitos, no qual avaliar significa reconhecer, acompanhar e sustentar o desenvolvimento integral de cada criança.

2.5. REGISTROS PEDAGÓGICOS COMO DOCUMENTAÇÃO DO PERCURSO

Os registros pedagógicos constituem elementos centrais na documentação do percurso de aprendizagem das crianças na Educação Infantil, pois materializam processos que, muitas vezes, não se expressam por resultados imediatos. Vieira et al. (2025) destacam que práticas construtivistas valorizam o acompanhamento contínuo, no qual relatórios, portfólios e produções

infantis revelam trajetórias de construção do conhecimento. Esses registros superam a função meramente descritiva ao se tornarem instrumentos interpretativos, capazes de evidenciar avanços, interesses e desafios presentes nas experiências cotidianas. A documentação pedagógica, nesse sentido, amplia a compreensão do desenvolvimento infantil em sua complexidade.

O uso de portfólios, narrativas e registros visuais favorece uma leitura mais aprofundada das múltiplas linguagens infantis, especialmente aquelas expressas por meio do brincar. Ischkanian (2018) ressalta que o jogo e a brincadeira constituem formas privilegiadas de manifestação do pensamento, das emoções e das relações sociais das crianças. Ao registrar essas experiências, o professor constrói uma memória pedagógica que permite compreender como a criança se apropria dos saberes e se posiciona diante dos desafios propostos. A documentação passa a revelar sentidos atribuídos pelas próprias crianças às vivências educativas.

A reflexão sobre a prática docente é potencializada quando os registros são analisados de forma crítica e sistemática. Cabral et al. (2025) apontam que a integração de tecnologias digitais amplia as possibilidades de organização, compartilhamento e interpretação dos registros pedagógicos, favorecendo a visibilidade dos processos de aprendizagem de alunos típicos e atípicos. Fotografias, vídeos e plataformas digitais, quando utilizados com intencionalidade pedagógica, enriquecem a documentação e fortalecem o planejamento. O registro, nesse contexto, assume caráter formativo tanto para as crianças quanto para os educadores.

> Os registros pedagógicos, compreendidos como documentação do percurso vivido pelas crianças, constituem-se em instrumentos fundamentais para tornar visíveis os processos de aprendizagem e desenvolvimento, na medida em que relatórios, portfólios, narrativas, produções e imagens possibilitam ao professor interpretar experiências, refletir criticamente sobre suas intervenções e ressignificar o planejamento pedagógico, fortalecendo uma avaliação formativa, sensível e comprometida com a singularidade infantil (Farias Ribeiro, 2026, p. 9, grifos para este artigo).

A documentação do percurso também contribui para a construção de um diálogo qualificado entre escola e família. Vieira et al. (2025) enfatizam que registros bem elaborados permitem às famílias compreenderem os processos vividos pelas crianças, reconhecendo conquistas que não se expressam por meios tradicionais de avaliação. Essa partilha fortalece vínculos e promove corresponsabilidade no acompanhamento do desenvolvimento infantil. A transparência do percurso educativo amplia a confiança na ação pedagógica e valoriza o papel da família como parceira.

Os registros pedagógicos, quando compreendidos como instrumentos de reflexão e planejamento, reafirmam a avaliação como processo ético e comprometido com o desenvolvimento integral. Ischkanian (2018) evidencia que observar, registrar e interpretar as experiências infantis exige sensibilidade, escuta e intencionalidade, evitando reduções simplificadoras do aprender. A documentação do percurso revela a singularidade de cada criança

e sustenta práticas educativas mais coerentes e inclusivas. Esse movimento consolida a avaliação na Educação Infantil como prática investigativa, reflexiva e profundamente humanizada.

2.6. PARCERIA COM AS FAMÍLIAS NO PROCESSO AVALIATIVO

A parceria com as famílias no processo avaliativo da Educação Infantil constitui um eixo estruturante para a compreensão ampliada do desenvolvimento das crianças, uma vez que articula saberes construídos em diferentes contextos de vida. A Base Nacional Comum Curricular reconhece a família como corresponsável pelo percurso educativo, perspectiva que dialoga com estudos que defendem a avaliação como prática relacional e dialógica. Ischkanian (2018) enfatiza que o desenvolvimento infantil ocorre em múltiplos espaços de interação, nos quais brincadeiras, vínculos afetivos e experiências culturais se entrelaçam, exigindo que a escola considere as narrativas familiares como fontes legítimas de conhecimento sobre a criança. Esse movimento fortalece uma visão integral do sujeito, superando leituras fragmentadas do aprender.

O diálogo sistemático com as famílias amplia a qualidade dos processos avaliativos ao possibilitar a troca de informações sobre comportamentos, interesses e modos de expressão das crianças. Vieira et al. (2025) ressaltam que práticas construtivistas se consolidam quando a avaliação incorpora diferentes olhares, reconhecendo que o desenvolvimento não se restringe ao espaço escolar. Reuniões pedagógicas, devolutivas individuais e compartilhamento de registros permitem que a família compreenda o percurso formativo de seus filhos, ao mesmo tempo em que contribui com percepções construídas no cotidiano doméstico. Essa escuta mútua qualifica as decisões pedagógicas e fortalece a confiança institucional.

> A parceria com as famílias no processo avaliativo configura-se como um elemento essencial para a construção de uma prática pedagógica sensível e coerente com o desenvolvimento integral das crianças, uma vez que o diálogo contínuo, o compartilhamento de registros e a escuta respeitosa dos contextos familiares ampliam a compreensão sobre os percursos de aprendizagem, fortalecem a corresponsabilidade entre instituição e família e conferem maior sentido às ações educativas, ao reconhecer que a avaliação não se restringe ao espaço escolar, mas se constitui em um processo relacional, formativo e humanizado que valoriza a criança em sua totalidade (Araújo da Silva, 2026, p. 10, grifos para este artigo).

A utilização de registros pedagógicos como mediadores da comunicação com as famílias potencializa a transparência do processo avaliativo. Cabral et al. (2025) destacam que recursos digitais ampliam as possibilidades de socialização desses registros, favorecendo o acesso às produções, narrativas e experiências vividas pelas crianças. Fotografias, portfólios digitais e relatos compartilhados criam uma memória coletiva do percurso educativo, permitindo que as famílias acompanhem o desenvolvimento de forma contínua. Esse acompanhamento contribui para a valorização de conquistas que nem sempre se expressam por indicadores tradicionais.

A corresponsabilidade construída na relação escola-família exige práticas avaliativas éticas, sensíveis e comprometidas com o respeito às singularidades infantis. Ischkanian (2018) aponta que compreender o brincar como linguagem central da infância implica comunicar às famílias que a aprendizagem se manifesta em gestos, interações e escolhas cotidianas. Quando a avaliação é compartilhada de maneira reflexiva, a família passa a reconhecer o valor pedagógico dessas experiências, rompendo com expectativas reducionistas baseadas em resultados imediatos. Esse entendimento contribui para uma cultura avaliativa mais humanizada.

> A articulação entre escola e família no âmbito do processo avaliativo evidencia a avaliação como uma prática formativa enraizada nas relações sociais, uma vez que a comunicação contínua entre professores e responsáveis, associada à socialização de registros, relatos e observações do cotidiano infantil, amplia a leitura sobre os percursos de desenvolvimento e aprendizagem, reconhecendo que o aprender se constitui em diferentes contextos e interações, o que reforça a corresponsabilidade educativa, favorece intervenções pedagógicas mais coerentes e sustenta uma avaliação pautada na escuta atenta, no reconhecimento das singularidades e na construção compartilhada do percurso formativo das crianças, conforme apontam Vieira et al. (2025).

A parceria com as famílias no processo avaliativo reafirma a avaliação como prática formativa e socialmente situada. Vieira et al. (2025) evidenciam que a construção coletiva do acompanhamento do desenvolvimento fortalece vínculos e amplia o sentido educativo da escola. O diálogo contínuo favorece intervenções pedagógicas mais coerentes com as necessidades das crianças e com seus contextos socioculturais. Essa articulação sustenta uma avaliação comprometida com o desenvolvimento integral, com a participação democrática e com a valorização da infância em sua complexidade.

3. CONCLUSÃO

A avaliação na Educação Infantil, compreendida a partir da escuta sensível, das necessidades das crianças e do acompanhamento contínuo do desenvolvimento, reafirma seu caráter pedagógico, humano e formativo. Trata-se de um processo que se distancia de práticas classificatórias e se aproxima de uma concepção ética de educação, na qual cada criança é reconhecida em sua singularidade, história e potência. Ao valorizar as múltiplas linguagens infantis, a avaliação passa a revelar sentidos, percursos e aprendizagens que não se expressam por resultados imediatos, mas se constroem nas experiências cotidianas, nas interações e nas brincadeiras.

A escuta sensível ocupa lugar central nesse movimento, pois permite ao educador compreender a criança para além daquilo que é dito verbalmente. Gestos, silêncios, escolhas e modos de se relacionar com o outro tornam-se pistas fundamentais para interpretar processos de desenvolvimento e aprendizagem. Essa postura exige um olhar atento e comprometido, capaz de

acolher a diversidade de ritmos e formas de expressão, fortalecendo vínculos e promovendo um ambiente educativo no qual a criança se sente respeitada, segura e protagonista de suas próprias descobertas.

O reconhecimento das necessidades das crianças amplia o sentido da avaliação ao integrá-la ao planejamento pedagógico de maneira orgânica e reflexiva. Avaliar, nesse contexto, implica observar, registrar e interpretar as experiências vividas para reorganizar propostas, qualificar intervenções e garantir oportunidades significativas de aprendizagem. O acompanhamento contínuo do desenvolvimento possibilita compreender avanços, desafios e interesses emergentes, favorecendo práticas educativas mais coerentes com o desenvolvimento integral e com os direitos de aprendizagem da infância.

Ao assumir essa perspectiva, a avaliação na Educação Infantil consolida-se como um instrumento de reflexão, diálogo e transformação da prática pedagógica. Ela fortalece a relação entre educadores, crianças e famílias, constrói uma cultura de respeito às diferenças e contribui para uma educação inclusiva, democrática e comprometida com a formação plena dos sujeitos. Mais do que medir resultados, a avaliação passa a iluminar caminhos, sustentar escolhas pedagógicas conscientes e reafirmar a infância como tempo de experiências, sentidos e aprendizagens significativas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R.; COSTA, L. C. **A formação continuada dos professores de Educação Infantil e a importância dos instrumentos de avaliação.** Revista Brasileira de Educação Infantil, v. 10, n. 2, p. 45-58, 2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; SILVA, Diogo Rafael da; PRADO, Maria José Costa; VIEIRA, Nívea Maria Costa; ALMEIDA, Rita Cristina Guimarães de; OLIVEIRA, Ivoney da Silva. **Tecnologias na educação: ferramentas digitais como aliadas na aprendizagem de alunos típicos e atípicos**. In: CABRAL, Gladys Nogueira (org.). *Unindo saberes: caminhos para o desenvolvimento do pensamento crítico, formação e inovação educacional*. Volume 2. Formiga, MG: Editora MultiAtual, 2025. p. 117–174. il. DOI: 10.5281/zenodo.15135799.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GONÇALVES, A. P. **Avaliação formativa na Educação Infantil: uma abordagem inclusiva e sensível ao desenvolvimento infantil.** Educação & Sociedade, v. 43, n. 2, p. 231-248, 2022.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond**. O significado do jogo, da brincadeira e do brinquedo no desenvolvimento e formação da criança na Educação Infantil.** *2018.* Disponível em: https://pt.slideshare.net/slideshow/o-significado-do-jogo-da-brincadeira-e-do-brinquedo-no-besenvolvimento-e-bormao-da-briana-na-educao-infantil-simone-helen-drumond/27717995. Acesso em: 06 jan. 2026**.**

MENDES, F. R.; ARAÚJO, V. L. Práticas **de avaliação na Educação Infantil e o envolvimento das famílias no processo.** Revista de Educação Infantil, v. 15, n. 1, p. 102-115, 2022.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

NASCIMENTO, J. S.; LIMA, M. T. **Observação e documentação como práticas avaliativas na Educação Infantil.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 28, n. 3, p. 77-89, 2022.

OLIVEIRA, R. M.; SANTOS, L. S. **Desafios e possibilidades na avaliação da Educação Infantil: um estudo sobre as práticas dos professores.** Cadernos de Educação Infantil, v. 5, n. 3, p. 66-82, 2021.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PEREIRA, C. L. **A importância do portfólio na avaliação da Educação Infantil.** Perspectiva Pedagógica, v. 12, n. 4, p. 98-112, 2022.

SANTOS, E. P.; SOUZA, M. R. **A construção de uma avaliação inclusiva na Educação Infantil.** Revista de Educação Inclusiva, v. 9, n. 1, p. 59-72, 2023.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

SOUZA, L. F.; FERREIRA, T. A. **O papel da família na avaliação do desenvolvimento infantil.** Revista Educação em Foco, v. 18, n. 3, p. 134-149, 2021.

VIEIRA, Nívea Maria Costa; ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond; CABRAL, Gladys Nogueira; ISCHKANIAN, Sandro Garabed. **Influência de práticas construtivistas na alfabetização digital de estudantes.** 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/144369315/INFLU%C3%8ANCIA_DE_PR%C3%81TICAS_CONSTRUTIVISTAS_NA_ALFABETIZA%C3%87%C3%83O_DIGITAL_DE_ESTUDANTES. Acesso em: 06 jan. 2026**.**